

A CAPACITAÇÃO DO PROFESSOR E O DESAFIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Aldirene Alves dos Santos

Graduada em Pedagogia pela Universidade Aberta do Brasil Unimontes. Pós Graduada em Psicopedagogia e Gestão, Supervisão, Orientação e Inspeção.

Servidora Celetista da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

E-mail: aldirene26@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta resultado de uma pesquisa realizada a partir de uma abordagem qualitativa cujo eixo de discussão foi à capacitação do professor e o desafio diante da educação inclusiva. Teve como problema: Até que ponto os professores do ano de 2013 das séries iniciais do ensino fundamental da Escola x, encontram-se capacitado para desenvolver atividades docentes em uma perspectiva inclusiva? Tinha-se como hipótese que os professores das escolas de Urucuia não foram preparados para vivenciar a educação inclusiva na formação inicial. O objetivo era, compreender se os professores das séries iniciais do ensino fundamental da Escola x encontram-se capacitado para desenvolver atividades docentes em uma perspectiva inclusiva. Foram feitas uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo, sendo que, para a coleta de dados o instrumento utilizado foi a entrevista estruturada com professores da séries iniciais do ensino fundamental. A pesquisa bibliográfica fundamentou em autores como Glat e Fernandes (2011), Barros (2013), Sánchez (2005), Beyer (2006), Mazzotta (2002), A conclusão foi que o corpo docente em questão não encontra-se capacitado ou seja, precisa de uma formação continuada, pois percebe-se que os professores têm conhecimento sobre o tema, mas de forma generalizada e não no contexto escolar.

Palavras-chave: Inclusão. Professor. Legislação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo discute o tema “A capacitação do professor e o desafio diante da educação inclusiva” Este tema se tornou pertinente uma vez que ao fazer as observações na primeira etapa do estágio supervisionado no ano de 2011, na Escola x, foi possível perceber a presença de alunos matriculados com necessidades especiais, notando que a escola trabalhava em prol da inclusão social e naquele contexto observou-se como as mencionadas situações eram vivenciadas entre os sujeitos envolvidos naquele no ambiente em questão. Nesse sentido, o problema que moveu a pesquisa ora apresentada foi o seguinte questionamento: Até que ponto os professores do ano de 2013 das séries iniciais do ensino fundamental da Escola x, encontram-se capacitado para desenvolver atividades docentes em uma perspectiva inclusiva? Tinha-se como hipótese em relação ao problema investigado que a formação na graduação não é suficiente para oferecer condições que capacitam ao professor para saber lidar com diferentes tipos de dificuldades apresentadas em sala de aula.



Diante desta hipótese tinha-se como objetivo na pesquisa realizada compreender se os professores da Escola x encontram-se capacitado para desenvolver atividades docentes em uma perspectiva inclusiva.

Essa pesquisa ora apresentada tornou-se relevante, ao considerar que refletir acerca de questões referentes à educação especial é necessário como espaço que prioriza o pensar em uma modalidade de ensino especializado para educar e socializar todas as pessoas com necessidades especiais, tendo em vista as suas dificuldades individuais, assim desenvolver trabalhos para que haja uma aprendizagem satisfatória, participação ativa e atividades envolventes e interessantes a todos.

Após contextualizar o estudo ora abordado é pertinente esclarecer que ao ser realizado este lançou mão de uma pesquisa de campo que ao ser viabilizada por uma entrevista estruturada por meio da a qual foram indagados cinco professores do Centro Educacional X sendo que este compõe apenas 5% do universo. Norteou-se em uma metodologia da pesquisa qualitativa, por “considerar que este tipo de método, ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. (GODOY, 1995, p. 21).

Assim, foi possível por meio da pesquisa qualitativa buscar estar atenta aos elementos pesquisados e ao seu entorno de forma a realizar uma leitura global dos acontecimentos que permeiam as ações investigadas. Desta forma as reflexões presentes envolvem questões que dizem respeito à inclusão e formação de professores. Sendo assim, se faz necessário pensar a respeito de alguns elementos indispensáveis ao entendimento do objeto estudado no decorrer do presente texto, que se encontra organizado da seguinte maneira: primeiro realiza-se uma reflexão a respeito do significado da inclusão com vistas a pensar a educação inclusiva.

Posteriormente, na sequencia busca-se pensar sobre atual proposta legal para a educação inclusiva brasileira e realiza discussões sobre a atual prática de ensino considerando a educação inclusiva, depois se aborda acerca de elementos referentes aos dados obtidos em entrevista com 5 professores que estão descritos no desenvolvimento da pesquisa. E finalmente apresenta-se as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas na pesquisa. Diante do exposto e conforme proposto acima, inicia-se as reflexões com uma breve abordagem a respeito do conceito de inclusão.



Para iniciar a reflexão ora proposta antes de abordar acerca das questões referentes à educação inclusiva, é importante esclarecer o entendimento a respeito do significado da palavra inclusão, que no dicionário Ribeeli afirma que inclusão é a ação de incluir. Na continuidade é pertinente esclarecer o entendimento a respeito do sentido da educação especial no âmbito escolar que vem a ser entendida como educação que respeita e valoriza as diferenças em cada pessoa que busca construir sua identidade para assim sobressair em uma sociedade em constante transformação.

Na sequência, ainda como elemento para sustentar as reflexões propostas urge pensar a respeito da educação escolar, porém de forma a ressaltar o entendimento sobre a educação com alunos com necessidades especiais que as autoras Glat e Fernandes (2011, p. 01) abordam, pois em seus estudos afirmando que, “a educação de alunos com necessidades educacionais especiais que, tradicionalmente se pautava em um modelo de atendimento segregado, tem se voltado nas últimas duas décadas para a Educação Inclusiva”. Todavia pode-se compreender em consonância com o pensamento de Sasaki (2005) que o mundo caminha para a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva. Sinais desse processo de construção são visíveis com frequência crescente, por exemplo, “nas escolas, na mídia, nas nossas vizinhanças, nos recursos da comunidade e nos programas e serviços” (SASSAKI, 2005, p. 20),

Diante do exposto ficam nítido sinais de uma preocupação maior com a pessoa com necessidade Educativa Especial para exercer o seu papel na sociedade em que vive lutando por seus direitos para expor seus pensamentos e ideias. Nesse sentido, É proposto um projeto de inclusão escolar que é permeado por tópicos planejados e organizados de forma a suprir a carência existente.

Em um dos tópicos é importante destacar o que Sánchez (2005) afirma por filosofia de inclusão.

A filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência). (SÁNCHEZ, 2005, p. 11).

Este conceito refaz o nosso pensamento no sentido de buscar uma percepção diferenciada no espaço social com relação às crianças com Necessidade Educativa Especial, pois nesta direção pode-se entender que incluir não se refere apenas a pessoas com deficiência, mas sim todas as pessoas que se sintam restritas do meio social.



Sobre estas questões é possível observar que sobre esse o ponto de vista de Beber (2006) é apresentado uma reflexão que afirma que:

A criança com necessidades especiais não é uma criança ontologicamente deficiente, porém uma criança como todas as demais, com particularidades definidas na sua aprendizagem. Não é uma criança marcada pelo déficit, porém alguém que reúne uma série de atributos que podem pesar favoravelmente para uma aprendizagem significativa e eficaz. (BEYER, 2006, p. 09).

Seguindo esta linha de pensamento de Beber infere-se que a utopia de que as pessoas com necessidades educativas especiais não consegue uma aprendizagem significativa é ilusória e discriminatória chegando a ferir os direitos humanos da pessoa com NEE. Desta forma:

[...] a efetivação da educação escolar para todos, mediante recursos tais como: educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino, [...] ou educação inclusiva ou a diversidade de condições dos alunos passa a ser competentemente contemplada e atendida, demandará de uma ação governamental marcada pela sinergia [...] Isso sem ignorar que a verdadeira inclusão escolar e social implica, essencialmente, a vivência de sentimentos e atitudes de respeito aos outros cidadãos. (MAZZOTTA, 2002, p. 36).

Assim, percebe-se que a educação inclusiva tende a promover a reforma dos sistemas educativos na sociedade, buscando nesse sentido amparar e acolher a pessoa com necessidade educativa especial, a educação, irá buscar por uma visão e tratamento do ser humano enquanto indivíduos sempre diferentes, cujos atributos são considerados na diversidade e motivações individuais que compõe a sociedade. A partir de então, pode-se falar por uma educação inclusiva que se faz a partir das relações de interação entre todos os indivíduos sociais independentemente de serem diferentes.

UM OLHAR SOBRE A ATUAL PROPOSTA LEGAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Continuar estas reflexões implica pensar em uma sociedade inclusiva e isto remete a pensar uma filosofia que tem como base respeitar, considerar e valorizar as diferenças individuais dos seres humanos independente das características que estes expressam. Dessa forma, compreende-se aqui a necessidade de um debate acerca dos direitos humanos e éticos e a necessidade de garantir o acesso e a participação de todas independentemente das particularidades de cada um. (BRASIL, 2004).



O debate sobre a educação especial iniciou-se desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 na qual ressalta no seu inciso III artigo 208 que o atendimento aos portadores de necessidades especiais dar-se-á preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 2010, p. 35).

Pode-se entender que a partir de então, no cenário da pesquisa, tem-se uma abertura para estudos pertinentes à educação inclusiva, como esta deve ser trabalhada e quais leis que a amparam. Dando maior ênfase à Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/96 veio reforçar a luta pela educação de qualidade e igualdade, onde destaca um capítulo com três artigos para a educação especial.

Esta lei inicia o artigo apresentando o significado de educação especial: “Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. (BRASIL, 2010, p.17).

Realizando uma reflexão compreende-se que a educação especial deveria estar sendo oferecida primeiramente na educação regular, sendo assim pode-se indagar: Será que os alunos com necessidades especiais são preferencialmente atendidos em escolas especiais. Por que esta diferença?

Uma possível resposta poderia ser o que os professores tanto contestam: não estão preparados para atender alunos com necessidades especiais. Porém, na LDB 9.394/96 expõe que:

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 2010, p.17).

Com isso pode-se perceber que ocorre de forma intensa debates em congressos, seminários e especialmente entre os políticos por parte de políticas sociais que valorizem a integração das pessoas portadoras de necessidades especiais na sociedade, nas escolas e nos demais ambientes.

Vale lembrar que em 1994, em Salamanca na Espanha, foi realizado a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que foi decisiva contribuindo para impulsionar a Educação Inclusiva em todo o mundo. A Declaração de Salamanca cujo princípio norteador mostrava que as escolas deveriam acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais,

linguísticas e outras. Esta declaração foi adotada pelo Brasil e por diversos países e organizações internacionais.

Nessa perspectiva, a Declaração de Salamanca (1994) afirma que:

[...] cada criança tem direito à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem; ·a criança é única e tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias; ·os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a diversidade destas características e necessidades; ·as crianças e jovens com necessidades especiais devem ter acesso às escolas regulares, cabendo a escola se adequar através de uma pedagogia centralizada no potencial da criança, e de suas necessidades; ·as escolas regulares, através desta orientação inclusiva, constituem os meios capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade justa e com educação para todos; além de, promover eficiência, ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo. (<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>)

A Declaração de Salamanca (1994) traz uma interessante e desafiadora concepção de Educação Especial ao utilizar o termo “pessoa com necessidades educacionais especiais” estendendo-o a todas as crianças ou jovens que têm necessidades decorrentes de suas características de aprendizagem.

Diante de todas as colocações vale enfatizar que o princípio é que as escolas sigam uma constante busca para acolher a todas as pessoas nas suas singularidades para formar cidadãos autônomos pelo seu próprio conhecimento.

Discutir acerca da atual prática de ensino considerando a educação inclusiva, nos remete aos estudos que têm apontado para a necessidade de reformulação do processo de formação inicial e continuada de professores e a tem colocado como algo primordial para buscar e repensar alternativas consideráveis para sua continuidade ou para (re)organizar essa formação. (ABRANCHES, 2004, *apud* ZANATA, 2004).

Nesse sentido, seguem-se ações em busca por uma mudança de postura de professores. Porém, entende-se que muitos professores muitas vezes podem sentir inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula, pois aí vem às dúvidas a insegurança e até o medo de errar ou de encarar um desafio frente ao desconhecido.

Desta forma tem-se a concepção de que a partir do contexto acima apresentado deve ocorrer então uma preparação sistêmica focada na inclusão social e educacional, de forma a dar suporte necessário ao professor para que ele se capacite e desta forma sinta-se seguro no desenvolvimento do seu trabalho. De acordo com Carvalho (2001):



A importância da proposta de Educação Inclusiva no sentido de buscar formas de superar as situações de exclusão, reconhecendo o direito a ser diferente e envolvendo toda a sociedade no atendimento às pessoas com deficiências. Neste sentido a tarefa do professor é estimular a participação social plena de todos os grupos que se encontram excluído. (CARVALHO, 2001, p. 80).

Portanto, compete também ao professor ao tentar incluir as crianças promover a participação em trabalho de equipe, dentro e fora da sala de aula. Afinal:

Incluir vai além da própria sala de aula. Significa também à participação da criança nas atividades da escola, como festas comemorativas, teatro, dança, esporte, aulas de educação física, ao priorizar os jogos simbólicos e linguagem, esquema corporal, coordenação viso-motor, organização espaço-temporal, exercícios de atenção visual, auditiva e tátil, fortalecimento da musculatura respiratória, melhora da postura, do tônus e do equilíbrio, darão contribuição de capital importância para a promoção de aprendizagem e bem estar físico da criança com necessidades especiais. (DONATO, 1998, p. 62).

Desta forma compreende-se que é preciso entender que o grande objetivo a ser conquistado é a construção de uma sociedade inclusiva, com a contribuição indispensável de todos os cidadãos que compõe os seguimentos das escolas, que têm de constituir espaços educativos e reflexivos para todos. Todavia para tanto, é sabido que nesse processo de formação continuada, primeiramente é importante que o professor tenha conhecimento do conceito de inclusão e como este tem sido aplicado no ambiente escolar. Abordar acerca do processo de inclusão escolar remete a Sasaki (1997, p.41), quando este entende que a inclusão é “um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”.

Sendo assim, concorda-se com o ponto de vista que defende que o ensino, revendo esta frase, deve se adaptar às necessidades dos alunos, ao invés de ser ao contrário, ou seja, o aluno adaptar-se aos paradigmas preconcebidos a respeito do ritmo e da natureza e dos processos de aprendizagens. Após as reflexões realizadas até então se volta um pouco o olhar para a formação de professores no contexto da educação brasileira.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Pensar a formação de professores na educação brasileira requer ponderar o entendimento de que a formação de professores no Brasil pode ser entendida como um desafio político ou mesmo um enfrentamento do governo frente às demandas da

sociedade, por vários motivos, dentre eles podemos citar custo para a formação, número de escolas formadoras, o salário que estes profissionais vão receber ao se formar, as condições de trabalho e a qualidade de diversos cursos.

Desta forma, do ponto de vista que pelos motivos que ora não estão em questão, é percebido que o governo não fornecer universidades para todos os interessados em ingressar em um curso de licenciatura, assim favorece a implantação para as instituições de Ensino Superior no mercado, falo mercado porque algum desses cursos vem educação como um mercado, e isso aqui é entendido como um tanto perigoso porque entende-se que nas leis de mercado nem sempre a qualidade está em primeiro plano.

Após as reflexões realizadas a seguir serão apresentados os dados colhidos por meio da pesquisa de campo.

REFLEXÃO A CERCA DO OBJETO INVESTIGADO

Para continuar a apresentação dos resultados da presente pesquisa, volta-se a atenção à descrição dos dados obtidos em entrevista com cinco professores das series iniciais do ensino fundamental. Os sujeitos da pesquisa foram Professores atuam na área de alfabetização das series iniciais do ensino fundamental da escola X.

Ao indagar estes sujeitos a respeito da formação acadêmica dos mesmos os docentes 1, 2, 3,4 responderam que têm formação em nível superior e o docente 3 possui formação em nível médio - magistério. A segunda pergunta foi: quanto tempo você trabalha na escola investigada. Todas afirmarão que têm experiência entre cinco e vinte anos.

A terceira pergunta foi a seguinte: na sua concepção o que é inclusão escolar? Obtivemos respostas diferenciadas. O sujeito 1 respondeu que “inclusão é conseguir fazer uma escola para todos”. O sujeito 2 respondeu que “é um processo de incluir alunos com necessidade especiais na escola e para a sociedade”. O sujeito 3 respondeu que “é saber lidar com as diferenças e dar a este direito de livre expressão”. O sujeito 4 respondeu que “inclusão pode ser entendida como direito viver em uma sociedade aberta, que incentive o envolvimento de todos, valorizando seu potencial independente da sua necessidade”. O sujeito 5 respondeu que “inclusão é dar condições de acessibilidade às pessoas com limitações inserindo-as em todas as atividades desenvolvidas na escola”.



Fazendo uma análise das respostas percebe-se que as professoras relacionam o conceito de inclusão somente a crianças com necessidades especiais. No entanto, este vai além, pois incluir refere-se a todos que necessitam de espaço na sociedade e no ambiente escolar.

A inclusão está ligada a todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade. Mas os excluídos socialmente são também os que não possuem condições financeiras dentro dos padrões impostos pela sociedade, além dos idosos, os negros e os portadores de deficiências físicas, como cadeirantes, deficientes visuais, auditivos e mentais. (BARROS, 2013, p. 01).

A terceira pergunta foi a seguinte: No curso de formação de professor você foi capacitado para vivenciar a educação inclusiva? Foram obtidas respostas diferenciadas, os docentes 1, 2, 3 e 4 responderam que não foram capacitados e a 5 respondeu que foi capacitada. Ao analisar as respostas obtidas pode inferir que não teve uma formação continuada para atender a demanda de uma sociedade inclusiva. Então pode-se ponderar que a capacitação pode permanecer no nível da teoria, pois não basta falar de inclusão quando essa não sai do papel, o que se percebe é que estes são acontecimentos do cotidiano da escola e que esses alunos ao entrar na sala de aula contam com a imprevisibilidade.

A quarta pergunta: Você se sente capacitado para promover a inclusão dos alunos na escola x de Urucuiá? Os docentes 1, 2, e 3 responderam que “não se sentem capacitados para promover a inclusão dos alunos na escola x”. O número 4 respondeu que “começou a ser capacitado na graduação, mas vê a necessidade de uma formação continuada” e a 5 respondeu que “se sente capacitado”. É importante frisar que mesmo esta não tendo uma formação continuada para trabalhar com a inclusão, ela entende que de alguma forma se sente capacitada a promover a inclusão.

A quinta pergunta foi a seguinte: Você considera que na sua prática pedagógica você promove a inclusão? 1 e 2 responderam que sim, 3,4 responderam que não e 5 respondeu que mais ou menos.

A sexta pergunta foi: Como você costuma realizar a inclusão escolar? O docente 1 respondeu que realiza por meio de “trabalho coletivo, pois é através das interações que descobre a diversidade dos talentos”. O 2 respondeu que “mostrando que todos somos iguais”. O 3 respondeu que “desenvolvendo atividades que todos possam participar respeitando as individualidades de cada um, às vezes uma atividade só não dá pra sala toda tenho que planejar até 3 atividades diferenciadas”. Já o 4 respondeu que



“procura trabalhar as diferenças, respeitando a todos, mas não considero que seja inclusão e sim uma inserção”. E o 5 respondeu que faz “trabalho diversificado e participação coletiva”.

Diante do exposto pelos entrevistados vale ressaltar a compreensão de que a escola hoje deve estar em uma condição empática desde a primeira infância da criança diante de uma sociedade em constante transformação, deve propor uma educação aberta à diversidade humana e voltar um novo olhar para a pessoa com necessidade educativa especial respeitando suas singularidades e diferenças encontradas em cada sujeito inserido num contexto escolar e internalizando novos conceitos e trabalhando em sinergia para que este se sinta acolhido.

E finalmente a sétima pergunta sobre como é vivenciado o trabalho com as diferenças em sala de aula? Obteve-se como resposta: o docente 1 respondeu que “procura trabalhar as diferenças, mas a mesma não considera que seja uma inclusão, ou seja, respeita as diferenças, mas não tem preparação nenhuma para atender uma sala com a diversidade de alunos com necessidades especiais”. Já o 2 respondeu que “não sabe trabalhar com as diferenças por não ter preparação, ou seja, formação educacional”. O 3 respondeu que “procura desenvolver atividades em grupo com os alunos que vão ao encontro da deficiência, apesar de não saber se está fazendo certo ou errado”. O 4 respondeu que “procuro em livros e pesquisas na internet saber lidar com a diferença desenvolvendo atividades individuais e coletivas, mas é muito complicado”. E a 5 respondeu que “é muito difícil lidar com o diferente pelo fato de não ter orientação pedagógica na seleção das atividades”.

Diante das respostas, percebe-se que buscam trabalhar de forma coletiva e outros têm uma compreensão maior e planeja atividades diferenciadas. Nesse sentido, compreende-se que o caminho para concretizar a inclusão na sala de aula ainda é lento, mas é através dele que reconhecemos a falta de preparo ou de conteúdos políticos epistemológicos. Após todas as reflexões realizadas, para finalizar serão apresentadas a seguir as considerações finais deste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir este artigo é importante ressaltar que o problema que moveu esta pesquisa foi Até que ponto os professores do ano de 2013 das séries iniciais do ensino fundamental da Escola x, encontram-se capacitado para desenvolver atividades docentes em uma perspectiva inclusiva? Tinha se como hipótese que os professores das escolas



de Urucuaia não foram preparados para vivenciar a educação inclusiva na formação inicial. Diante de todas as reflexões realizadas é possível responder a pergunta da seguinte maneira, o corpo docente em questão não encontra-se capacitado, ou seja, precisa de uma formação continuada, pois percebe-se que os professores têm conhecimento sobre o tema, mas de forma generalizada e não no contexto escolar pela falta de formação, para vivenciar a inclusão de alunos com necessidades especiais de forma a suprir a busca por uma sociedade inclusiva, onde todos possam exercer o seu papel de cidadãos críticos e reflexivos para se sobressair a uma sociedade que está sempre em transformação.

Diante do exposto pela pesquisa considera a grande contribuição na formação acadêmica, pois como pedagogo possibilitou se uma reflexão mais ampla sobre o papel do professor diante da educação inclusiva, pois conhecer o outro como este aprende é lidar com situações novas, mas isto não quer dizer que o professor deva ficar alheio à situação vivenciada e sim procurar estratégias para atender a diversidade em sala de aula. Então se compreende que o caminho é aprofundar o estudo e a prática da educação inclusiva para que cada cidadão possa exercer o seu papel na sociedade e conseqüentemente sua valorização como pessoa humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Educação inclusiva: a fundamentação filosófica**. MEC/SEESP, 2004.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional 9.394/96 – LDBEN**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/cciv/leis/L9394.htm>> Acesso em 01 de setembro de 2012.

_____. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. **Constituição da República Federativa do Brasil** MEC/SEESP, 2010.

BARROS, Jussara. **Inclusão social**. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/educacao/inclusao-social.htm>> Acesso em 27 de maio de 2013.

BEYER, Hugo Otto. A educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial. In: **Inclusão** - Revista da Educação Especial – jul./2006, p.08-12.

CARVALHO, R. E. Inclusão Escolar: Desafios, In: [Anais...] Seminário Internacional Sociedade Inclusiva. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2001.

DONATO, C. A. **Desafiando a Síndrome de Dow**. São Paulo: Edesplan, 1998.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. **Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira**. Disponível em <<http://educacaoespecialmelo.blogspot.com.br/2011/06/-educacao.html>> Acesso em 23 de setembro de 2012.

GODOY, Arilda. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresa**, nº 3, 1995.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Deficiência, educação escolar e necessidades especiais**: reflexões sobre inclusão socioeducacional. São Paulo: Mackenzie, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: Construindo uma Sociedade para Todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A educação inclusiva**: um meio de construir escolas para todos no século XXI. INCLUSÃO - Revista da Educação Especial - Out/2005, p.07-18.

ZANATA, E. M. **Práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa**. Tese de Doutorado – UFSCar: São Paulo, 2.004. Disponível em <www.sj.cefetsc.edu.br/nepes/midia/pdf/dissertacao10.pdf> Acesso em 02 de junho de 2012.

